

CONHECENDO A REGIÃO DA LEOPOLDINA



algumas iniciativas sociais

Marize Bastos da Cunha
Victor Vincent Valla (org)



A criação do CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina) em 1988 correspondeu a uma proposta de alguns profissionais de saúde e lideranças comunitárias de acompanhar de uma forma permanente os caminhos das classes populares na região da Leopoldina, Rio de Janeiro.

Nesta perspectiva, seria uma organização não governamental que estaria oferecendo sistematicamente subsídios técnicos para os grupos populares organizados, na sua busca por pressionar os governantes a gastar o dinheiro público prioritariamente em torno das necessidades básicas (saneamento, assistência médica, escola pública de qualidade, por exemplo) da maioria da população, isto é, das classes populares.

Nós, do CEPEL, afirmamos que nossa proposta continua sendo essa acima explicitada, mesmo em face da onda neo-liberal que assola o país, fazendo com que o governo federal, e muitos governos estaduais e municipais, sigam reduzindo seus investimentos nas políticas públicas através de privatizações e terceirizações de setores básicos do país.

Para nós, mesmo com os governos alegando a necessidade de pagar a dívida externa, ou então afirmando que não arrecadam impostos suficientes para cobrir seus gastos, mesmo assim, achamos que o problema continua o mesmo: do dinheiro público disponível, (e mesmo com toda a redução da participação dos governos, ainda são muitos os recursos públicos nas mãos das autoridades públicas) quais são as prioridades? Onde fazer os investimentos públicos?

Diante dessa espécie de “impasse”, isto é, o aumento do desemprego e da pobreza, e diante do investimento insuficiente governamental na solução dos problemas básicos que afligem as classes populares, a equipe do CEPEL, vem dirigindo sua atenção de forma a compreender como os grupos populares da Leopoldina, em face da crise, vêm se defendendo e buscando sua sobrevivência. Este caderno das iniciativas sociais na Região da Leopoldina, é um produto desse novo olhar.

Fica uma dúvida nossa em torno das iniciativas sociais de caráter privado que vêm se evidenciando em face da crise acima descrita: se, de

fato, está havendo um crescimento dessas iniciativas a partir de grupos da sociedade civil, ou se esse fenômeno é antigo na sociedade brasileira e não foi percebido por muitos de nós, dada nossa crença que um dia o Estado brasileiro iria abarcar e resolver todas as mazelas das classes populares.

O que está em discussão, para nós do CEPEL, não é se há recursos públicos suficientes para resolver os problemas das classes populares, mas se há capacidade e vontade política suficiente no Estado para dar prioridade a estes problemas. Nesse sentido, não somos contra o surgimento de iniciativas da sociedade civil para resolver os problemas que afligem as classes populares. Mas defendemos que elas sejam desenvolvidas com recursos públicos e autonomia de propostas. Ou seja, que os recursos sejam prioritariamente os resultados dos impostos pagos pela população e que seus gastos por esses grupos de caráter privado sejam fiscalizados por conselhos formados com representantes da sociedade civil.

Mas enquanto o país não conta com uma direção política mais de acordo com essas preocupações, é necessário buscar compreender a direção em que vão essas iniciativas sociais. Landim (1995) coloca a questão da seguinte forma:

Nesse contexto de cultura estatizante, de valorização da caridade pessoalizada e de ineficiência das políticas sociais - ao lado da ausência de controle público sobre essas organizações (não-governamentais) - a afirmação de sua legitimidade enfrenta obstáculos particulares. E ressalta aí, antes de mais nada, a ambiguidade com que são consideradas tanto pelo senso comum como pela escassa literatura sociológica sobre o assunto: frequentemente colocadas no campo da fraude, do clientelismo ou do assistencialismo paliativo e contrário à lógica dos direitos sociais, aponta-se também, por outro lado, para o seu peso na construção de uma "sociedade civil" e na afirmação de uma sociabilidade baseada em valores positivos, como a solidariedade". (Leilah Landim, Apresentação do livro *Pobreza e trabalho voluntário: estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro*, organizado por Regina Novaes e publicado pelo ISER (Instituto de Estudos Religiosos), 1995, Rio de Janeiro.)

Assim, necessário também é modificar nosso vocabulário, pois termos tais como "assistência", "solidariedade" e "caridade" ganham novo sentido, diante de questões como o "desemprego estrutural". Pois, oferecer uma cesta básica de alimentação ou cobertores e roupa para combater o frio são soluções hoje obrigatórias para grandes parcelas da população, onde "estar disposto a trabalhar" não é mais a questão principal, já que o número de empregos disponíveis não dá conta do número de desempregados

O *Caderno* que apresentamos a seguir é uma primeira tentativa de rastrear as muitas iniciativas sociais na Região da Leopoldina, que a nosso ver, superam o número de 200. Nesse sentido, pedimos desculpas para aqueles grupos cuja atividade não se encontra aqui, e aguardamos sua reclamação para inclui-la numa segunda edição. Temos clareza que não demos conta da multiplicidade das obras na Leopoldina, região que abarca mais de 600.000 habitantes e o maior número de favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro
06 de agosto de 1999

Professor Dr. Víctor Vincent Valla

